

# Portugal, Portugal: identidade nacional e nacionalismo em época de construção da União Europeia

Eva Temudo & Luís Violante, 2003

**Palavras chave:** nacionalismo; União Europeia; identidade nacional

“Tem algum sentido para uma velha nação, entrando em festa no terceiro milénário, dedicar-se ao arcaico exercício dos seus *handicaps* não menos milenários (...) [e] ocupar-se de um assunto tão obscuro como o do nosso lugar no mundo e da figura que desejamos deixar para os que nos sucederem?” (Lourenço, 1999, 77)

A construção europeia obrigou Portugal à obediência a directivas que, progressivamente, alteraram as relações lusitanas com outros países do espaço europeu. Este processo não implicou perdas súbitas dos símbolos de identidade nacional, como em outras épocas históricas em que as dominações eram mais violentas: pelo contrário, as interferências no *habitus* luso são buriladas lentamente, por via da institucionalização de processos liderados supranacionalmente, mas afirmados como desideratos nacionais incontornáveis. O discurso político assim o afirma, as preferências políticas assim o confirmam, e tudo o que nos rodeia acaba por ter apostado o carimbo da uniformização comunitária.

Por isso, temos de beber aguardente de figos às escondidas porque é ilegal, protestamos porque as sardinhas não são das “nossas”, mas invadimos supermercados à procura de fumeiro artesanal industrializado feito sem fumo, a normalizada versão *light* das tradicionais carnes cevadas. Trocámos lentas digestões pela *fast-food*, e, num país de quentes paisagens vinhateiras preferimos a frescura da cerveja. Não é fácil convencer os mais novos de que “Os Lusíadas” não são a designação da selecção nacional de futebol, mas é ainda mais complicado convencê-los que andar de transistor ao ouvido para ouvir o relato é traço nacional e não coisa de velhos. Já não há bigode a ornamentar a beija nem unhaca no mindinho para desencerar a orelha.

Outras coisas mudaram, também. Trocou-se a malha pelo *bowling* e a tirania do *e-mail* apagou da memória o esforçado pombo-correio. Os desenhos animados desenrolam-se em paisagens nipo-americanas, e o fado da música é render-se ao *hip-hop*, *trance* e outros enigmáticos *bpm's* (isso mesmo, com apóstrofe). Mas tudo isto é já *nosso*. Porque, inexoravelmente vai ganhando o seu lugar até não fomentar resistências, e é como dizia o poeta *marketeer*: “Primeiro estranha-se, depois entranha-se”<sup>[1]</sup>.

Então, o que é que *nos* distingue *deles*? Há ainda terreno a nacionalismos, baseados no "sentimento de exaltação das características consideradas essenciais da nação e que subordina a política interna do país ao desenvolvimento do poderio nacional"(Lisboa, 2001: 2561)? Julgámos que há cada vez menos diferenças entre *nós* e *eles*, e que este facto reduz o atrito cultural fomentador de nacionalismos. É nossa intenção reforçar a nossa afirmação abeirando-nos dos processos de construção da identidade nacional para verificar a complexidade que os determina.

Castells afirma que a definição da identidade é o resultado de um "(...) processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado" (2001: 22). O autor propõe que esta construção faz uso da "história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas" que enformam uma "memória colectiva" moldada "por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso." (ibid.: 23), e que resultam numa apropriação individual das ideias nacionais.

A história portuguesa é marcada por uma grande estabilidade territorial, pela uniformidade de costumes mantidos durante largo tempo (folclore, modos de produção), por estruturas de poder autoritárias (monarquia, ditadura fascista) e pela forte religiosidade, que consagrou Portugal como palco do obscurantismo católico – onde nem o Renascimento alastrou, ao contrário da restante Europa. Estes fortes poderes terrenos e celestiais podem ter contribuído para a salvaguarda de tradições bastante arreigadas, nomeadamente as de cariz rural.

Cunha defende que o conhecimento da história funciona como aglomerador de indivíduos, contribuindo assim para que "o presente se *reconheça* nesse passado."(2001: 28). E assim parece ter sucedido durante largo tempo em Portugal. Nas escolas foi enaltecido o glorioso passado da nação, de rosto monárquico e inspiração divina. Simultaneamente, eram ensinados aos oprimidos pela aventura ultramarina os temas da metrópole, para que os colonizados entendessem a história portuguesa como sua. A intenção era agregar ao estado-nação uma "«memória nacional» que lhe dá forma e unidade"(ibid.: 28), desse modo evitando memórias divergentes que implicam a não partilha de "experiências e opiniões" (Connerton, 1989, citado in Cunha, 2001. 28). Assim, através da educação o Estado "induzia à formação de vínculos socioculturais entre seus membros, bem como à união de interesses económicos e políticos." (Castells, 2001: 315)

Ao mesmo tempo, o alerta secular contra a ameaça de *nuestros hermanos* (curiosa distinção concedida aos vizinhos espanhóis, de cuja terra afirmamos não proceder "nem bom vento, nem bom casamento"[2]), contribuiu para a mais antiga definição fronteiriça da Europa. Nesse sentido, julgamos que a identidade nacional parece ser indelevelmente marcada por essa

estabilidade territorial, que facilitou a generalização dos costumes de uma pequeníssima população. À época dos Descobrimentos o território continental era habitado por cerca de 500 mil habitantes, então como hoje maioritariamente concentrados no litoral. Esta proximidade com o mar terá impelido a descoberta de novos territórios, onde se encontraram riquezas cujo comércio se tornou sinónimo de poder, e que marcou a centralidade de Portugal na génese da mundialização da economia.

É este passado glorioso que parece comandar o orgulho lusitano, motivando frequentes apelos "àquilo que é entendido como especificamente português, quer esteja inscrito na história(...)quer mesmo nos genes(...)", e que formaliza o "(...)diálogo entre a realidade e uma identidade codificada(...)"(Cunha, 2001: 34).

Mas, ao mesmo tempo, Portugal foi sempre marcado pela forte ruralidade, com modos de vida comunitários bastante imbricados, e que sustentavam "redes de sociabilidade" ( Correia e Caramelo, 2001: 89) até há poucos anos ainda bem visíveis nos tecidos urbanos, nomeadamente de aldeões migrados que mantinham com as suas terras fortes laços. Não é raro ouvir dizer que fulano foi passar os dias festivos "à terra". Por outro lado Portugal foi sendo construído lá fora – no Brasil, nas colónias africanas, nos países europeus economicamente mais desenvolvidos-, ao mesmo tempo que por aqui se montava atalaia contra o castelhano, e, durante a ditadura, se mantinha um olho no comunista e outro no americano. O que marca também o povo português é uma certa propensão para partir - o que pode ser, na concepção de Garcia " uma hipótese de retrato de Portugal" (2000: 11) -, e uma inevitável tendência para regressar, já diferente, carregando modos de vida e usos das latitudes que os acolheram. É isto que também contribui para o que Lourenço define como identidade: a faculdade de integrar simbolicamente um destino, a "convicção que confere a cada povo, a cada cultura (...) o que chamamos «identidade»"(1999: 9).

É uma afirmação algo diferente da de Castells, sobretudo por ignorar o determinismo das instituições e por pretender atribuir à ideia de "povo" uma consciência colectiva mobilizadora, de alguma forma posta em causa por Garcia quando considera a emigração como "elemento de instabilidade" (2000.: 12), na definição da identidade portuguesa, e pergunta:

Como explicar que os membros de uma nação, que se querem unidos pelo sentimento de pertença a uma cultura comum, a abandonem quando, por afastamento do território, se decidem pela entrada (...) numa outra que lhes é alienígena?

Afinal, o povo de Lourenço parece destinado a obliterar a história, e dedica-se agora a enfrentar os desafios da normalização europeia, respondendo aos desígnios da integração que passam inclusivamente pelo corte com estruturas tradicionais de produção – agricultura, pesca – e a construir redes de sociabilidade cada vez mais ténues, continuamente precarizadas pelas

exigências laborais. Os portugueses parecem apoquentados por um tempo caracterizado por "um excesso de presente que tem condições para deixar o passado ser passado e o futuro, futuro" (Santos, 1996: 66). Se assim é, e se a geografia actual é a resultante de uma "transformação do sistema mundial [em que] os processos de reterritorialização e de identificação local e regional são demasiado diversos"(ibid.: 66), onde se refugia a ideia nacional? Ou melhor, fará ela sentido numa era em que a ameaça passa por ver o nosso futuro "reduzido ao futuro dos outros" (ibid.) ?

Retomemos a proposta identitária de Castells com um olhar menos distraído: veremos que a *nossa* matéria prima mudou, e que temos muitos pedaços *deles*: a nossa história é uma história europeia, a nossa geografia alargou-se a outros quadrantes[3], adivinham-se novas mestiçagens em consequência da forte emigração de Leste, as instituições produtivas são consequência da implantação das multinacionais que produzem e vendem os mesmos produtos em todo o lado. As referências históricas são menos remotas: são as da construção europeia e dos seus símbolos, como o euro. Os poderes parecem cada vez mais longínquos, e a política caseira é comentada como inevitável consequência dos processos globais. Resta uma estranha contradição: Portugal já não se inflama com os desígnios da fé, mas permite que subsista uma moral fortemente marcada pelo catolicismo[4], evidente nos favoritismos religiosos que marcam o calendário produtivo.

O que se exige é um esforço permanente na desconstrução da ideia identitária, para que seja "contextualizada histórico sociologicamente e sujeita a um trabalho permanente de desmitificação" (Silva e Jorge, 1993: 13), no sentido de tactear o "tecido mínimo" (ibid.: 15) em que se entretece a identidade colectiva, e que cada vez mais integra indivíduos e grupos "em «escalas de identidade» sucessivamente mais abrangentes, desde a particular à planetária" (ibid.). Nos termos de Schnapper:

"L'identité nationale, comme toutes les identités, est un processus, non un état. Elle n'est pas donnée une fois pour toutes. Elle se construit et se modifie avec les temps." (1998: 297).

Almeida sugere Astuti postulando que "a identidade é uma actividade e não um estado existencial"(2000: 17), pelo que entendemos que a comparação da identidade nacional de hoje à do passado mitificado pode impelir-nos para o anacronismo, como alerta Schnapper( 1998: 298).

Afirma Schnapper:

"Le sentiment national naît de l'intériorisation des valeurs et des modèles singuliers de la nation dans laquelle l'individu est né: une fois socialisé, il trouve la nation à l'intérieur de lui-même."(1998: 298)

## Topo

Mas que nação é a *nossa*, emergente de uma socialização em mutação, onde se verifica a transição que, como sustenta Noiriél apelando para Braudel, a identidade já não nasce do enraizamento mas da institucionalização de factos sociais (1998: 290) devedores das lógicas de integração no modelo político, social e económico europeu? Sentir-se-á ameaçada esta nação, ao ponto de surgirem resistências nacionalistas afirmando-se como oposição ao que vem de fora?

Julgamos que o actual desenho político da Europa parece avesso ao ressurgimento dos nacionalismos como "produto histórico de problemas nacionais não solucionados" (Hobsbawn, citado in Castells, 2001: 45). E sustentamos a nossa afirmação no modo de construção da União Europeia, em que os estados agrupados são relativamente homogêneos quanto às suas populações, a definição fronteiriça parece irrelevante e até castradora do desenvolvimento económico convergente que as populações almejam, em que na história parece haver mais desejos comuns de factores de divergência, e em que tudo isto favorece uma construção identitária baseada em valores comuns a todos os europeus[5], ainda que pejada das idiossincrasias nacionais. É o que defende Edgar Morin, citado por Allemand (1998): a identidade europeia "comme toute identité, ne peut être qu'une composante dans une poly-identité" (ibid.: 306), o que significa que não pode ser definida por oposição a outras, como a portuguesa. Para o autor, a proposta mais razoável seria definir as identidades por escalas não exclusivas, em que as identidades nacionais das diversas nações europeias seriam contaminadas por identidade europeia em construção. Nesse sentido, às nações, enquanto "(...) artefactos puramente ideológicos, construídos por manipulações arbitrárias de mitos históricos(...)" (Gellner, citado in Castells, 2001: 46), parecem restar fracos alicerces onde sedimentar resistências ao que é estrangeiro. Será como diz Hobsbawn:

Cultural freedom and pluralism at present are almost certainly better safeguarded in large states which know themselves to be plurinational and pluricultural than in small ones pursuing the ideal of ethnic-linguistic and cultural homogeneity. (1993: 185)

Seguindo esta afirmação, entendemos que não surgirão nacionalismos como forma de preservação de elementos da cultura nacional em tempos de " (...) globalização dos sistemas de produção e financeiros, (...) [e de ] translocação de pessoas como turistas, migrantes ou refugiados" (Santos, 1995: 5). É inegável que a globalização se afirma através de poderosas forças hegemónicas, como sejam as económicas, as regras jurídicas, os sistemas de produção e distribuição e os padrões de consumo. O processo de construção da União Europeia é mais um

episódio dessa“(...)nova forma de relação mundial” (Santos, 1994, citado in Silva: 2002: 46) que pode resultar em destruição de especificidades nacionais e locais. Apesar disso, entendemos que os *males* imputáveis à globalização podem ser atenuados com a emergência de “novas identidades locais e regionais” (ibid.) construídas com base em lealdades tradicionais e comunitárias, e que podem afirmar-se como forma de “reterritorialização e realocação de indivíduos e de grupos” (Silva: 2002, 46).

A circulação transnacional de mercadorias, de capital, de populações, de ideias e informação, a mestiçagem e hibridismo cultural visíveis no quotidiano e que dão colorido à ideia de uma cultura global construída pela homogeneização e uniformização, calcam a autenticidade da cultura nacional e procuram impor uma cultura ocidental recheada de formas de dominação política que se pretende afirmar como resistência à ruptura iminente do espaço e do tempo. Julgamos que a “(...) crença no potencial libertador da expressividade cultural(...)” (Almeida, 2001:193) pode ser um meio de retardar essas homogeneização e uniformização, e que isso pode ser conseguido não pelo regresso às origens mas através da valorização cultural. É essa a nossa proposta. E se este ensaio mais não conseguiu, julgamos que, pelo menos, pode ter contribuído para abrir coordenadas para a reflexão daqueles que, como nós, pretendem saber

“quem *somos*, onde *estamos*, agora, neste país pseudo-europeu, imerso, ao menos por fora, na maré de uma mundialização que, com raras exceções, é a forma de evasão mais superficial que este velho país de funda civilização conheceu desde que a burguesia do tempo de Eça ia até Paris para entrever por um binóculo alugado os *dessous* excitantes das *filles* do Moulin Rouge.”(Lourenço, 1999: 78)

## **Referências bibliográficas**

ALLEMAND, Sylvain (1998) «Les Européens se sentent-ils...européens?» in Philippe Cabin et Jean-Claude Ruano-Borbalan (coord.), *L'identité – l'individu, le groupe, la société*, Paris: PUF.

ALMEIDA, Miguel V. (2001) *Um Mar da Cor da Terra*, Oeiras: Celta.

CASTELLS, Manuel (2001) *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (vol. II): O poder da identidade*, São Paulo: Editora Paz e Terra.

CORREIA, José Alberto e CAMELO, João (2001) “Linhas gerais para uma reflexão em torno da problemática das relações entre educação e desenvolvimento local”, *Aprender*, 25, 88-89.

CUNHA, Luís (2001) *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a construção da identidade nacional*, Porto: Afrontamento.

HOBBSBAWN, Eric J. (1993) *Nations and nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*, Cambridge: University Press.

JERÓNIMO, Helena Mateus *et al.* (2000) "A emigração portuguesa: uma breve introdução", in José Luís Garcia (org.) *Portugal Migrante - Emigrantes e Imigrados, Dois Estudos Introdutórios*, Oeiras. Celta.

LISBOA, Academia de Ciências (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Verbo.

LOURENÇO, Eduardo (1999) *Portugal como destino: dramaturgia cultural portuguesa*, Lisboa: Gradiva.

NOIRIEL, Gérard. (1998) «Entretien avec Gérard Noiriel» in Philippe Cabin et Jean-Claude Ruano-Borbalan (coord.), *L'identité – l'individu, le groupe, la société*, Paris: PUF.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995) "Globalização, Estados-Nações e Campo Jurídico. Da Diáspora Jurídica ao Ecumenismo Jurídico", in *Toward a New Common Sense, Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, London: Routledge. Texto policopiado

SANTOS, Boaventura de Sousa (1996) *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento – Biblioteca das Ciências do Homem.

SCHNAPPER, Dominique (1998) «Existe-t-il une identité française?», in Philippe Cabin et Jean-Claude Ruano-Borbalan (coord.) *L'identité – l'individu, le groupe, la société*, Paris: PUF.

SILVA, Augusto Santos (2002) *Dinâmicas sociais do nosso tempo*, Porto: Editora da Universidade do Porto

SILVA, Augusto Santos e JORGE, Vítor Oliveira (1993) *Existe uma cultura portuguesa?* Porto: Afrontamento.

[1] Frase de Fernando Pessoa destinada à campanha publicitária de uma marca de refrigerantes cuja comercialização foi proibida pelo regime salazarista.

[2] Adágio popular

[3] O alargamento da União Europeia é inclusivamente celebrado como " reencontro da Europa com a sua história e geografia", como refere Isabel Arriaga e Cunha em artigo no jornal "Público" de 17 de Abril de 2003.

[4] Portugal tem uma população de 10.356.117 indivíduos, dos quais 7.353.548 atestaram a confissão católica nos Censos 2001 (Fonte: INE)

[5] A assinatura do tratado de adesão de 10 novos países à União Europeia levou Tony Blair, primeiro-ministro britânico, a afirmar que por "maiores que sejam as nossas diferenças, é nestes valores que acreditamos, que são também os valores de todo o ser humano quando lhe é dada a oportunidade de escolher" Sousa, Teresa (2003) "Nasceu em Atenas a União Europeia Continental", *Público*, 17 de Abril de 2003, p. 2.